



Número: **0801199-29.2020.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **25ª Vara Cível da Comarca de Natal**

Última distribuição : **15/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EDSON YEGO SILVA SOUZA (AUTOR)		SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUSA (ADVOGADO) GEONARA ARAUJO DE LIMA (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
52399884	15/01/2020 17:15	Petição Inicial	Petição Inicial
52399901	15/01/2020 17:15	PETIÇÃO INICIAL - EDSON YEGO pdf	Documento de Comprovação
52399902	15/01/2020 17:15	PROCURAÇÃO - EDSON YEGO ASSINADO	Procuração
52399903	15/01/2020 17:15	ADMISSÃO DE INTERNAMENTO HOSPITALAR - WALFREDO17042019	Documento de Comprovação
52399904	15/01/2020 17:15	BOAT 17042019	Documento de Comprovação
52399905	15/01/2020 17:15	BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGENCIA 17042019	Documento de Comprovação
52399906	15/01/2020 17:15	BOLETIM DE ATENDIMENTO17042019	Documento de Comprovação
52399907	15/01/2020 17:15	CARTA DPVAT	Documento de Comprovação
52399910	15/01/2020 17:15	CNH17042019	Documento de Identificação
52399911	15/01/2020 17:15	CONTRATO - EDSON YEGO ASSINADO	Documento de Comprovação
52399913	15/01/2020 17:15	DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA - EDSON YEGO ASSINADO	Documento de Comprovação
52399918	15/01/2020 17:15	DECLARAÇÃO SAMU17042019	Documento de Comprovação
52399919	15/01/2020 17:15	EVOLUÇÃO MULTIDISCIPLINAR17042019	Documento de Comprovação
52399921	15/01/2020 17:15	FICHA DE REGULAÇÃO - CENA17042019	Documento de Comprovação
52399924	15/01/2020 17:15	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DA AIH17042019	Documento de Comprovação
52399925	15/01/2020 17:15	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AIH - DEOCLECIO17042019	Documento de Comprovação
52399927	15/01/2020 17:15	PRONTUARIO DE INTERNAÇÃO17042019	Documento de Comprovação
52399928	15/01/2020 17:15	SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA E GASOTERAPIA 17042019	Documento de Comprovação
52400731	15/01/2020 17:15	BOLETIM OPERATORIO17042019_compressed	Documento de Comprovação

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL RIO GRANDE DO NORTE

EDSON YEGO SILVA SOUZA, brasileiro, união estável, sorveteiro, portadora do Rg de nº 2.625.107 SSP/RN e CPF de nº: 089.718.674-50, residente e domiciliado na RUA SÃO JOSE, nº 392 bairro LAGOA AZUL LOT JOSE SARNEY – NATAL/RN CEP: 59.129-748, Cel: (84) 99402-3441, vem perante V. Exª, com fulcro nos artigos 318 e 319 do CPC/2015 e no artigo 3º, II, da lei 6.194/74 com alteração dada pelas leis 8.441/92 e 11.482/2007, propor a presente

-

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIODPVAT

em face de seguradora líder, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº CNPJ: 09.248.608/0001-04, com sede na R Senador Dantas, 74 5,6,9,14 E 15 ANDAR, Rio De Janeiro - RJ, (21)3861-4600, CEP 20031-205, pelos motivos e fatos que passa a expor.

PRELIMINARMENTE

DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

O autor requer, desde já, a concessão da gratuidade da justiça nos termos dos Artigos 98 e 99 do CPC/2015 e do Art. 5º, inciso LXXIV da CF/88, haja vista não possuir condição financeira de arcar com as custas, as despesas processuais e honorários advocatícios, sem o prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

Vale ressaltar que, tal benefício, não está subordinado à comprovação da impossibilidade de custear as despesas processuais sem sacrificar a subsistência própria e da família. Nos termos do § 3º do artigo 99 do NCPD, presume-se verdadeira a alegação de insuficiência feita exclusivamente por pessoa natural, só sendo possível o indeferimento da gratuidade se estiver provado nos autos a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, conforme previsão do §2º do supracitado artigo.

Diante do exposto, requer a concessão do benefício da GRATUIDADE DA JUSTIÇA, por ser medida da mais perfeita Justiça, conforme os dispositivos legais acima expostos.

DO INTERESSE DE AGIR



Via administrativa inadequada – Irregularidades no pagamento leva ao ajuizamento para cobrança de diferenças, recebeu R\$ **4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais)**.

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.

1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional 5ºXXXVCF.

Contudo, para afastar qualquer dúvidas quanto à inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é **OBRIGADO A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO**:

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.



- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a **medida provisória nº 340/2006** que alterou o valor da indenização e fixou em **R\$ 13.500,00** ou seja, dia **29/12/2006** (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve correção).

- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em **10%, 25%, 50%, 75% e 100%**, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.

- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.

- **A Seguradora Líder diligencia** e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias e leis, que só visam ao lucro para o **convênio DPVAT** e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotiva-la.

Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem contudo ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o **princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República**, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situação acima expostas.

DA CITAÇÃO



O Código de Processo Civil em vigor estabelece, em seu Art. 240 que a citação válida, ainda quando ordenada por Juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, sendo assim, direito que assiste à parte requerente.

Por sua vez, segundo o Art. 239 do NCPC, é indispensável à citação do réu, senão vejamos:

Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. (Grifamos)

Ressalte-se ainda que, para que ocorra a audiência de conciliação ou mediação deverá o réu ser citado com antecedência mínima de 20 dias, in verbis:

Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. (Grifamos)

Assim, por todo o exposto, requer a parte autora que seja determinada por este MM. Juízo, a citação da Seguradora Ré na forma estabelecida nos Artigos 239 e 334 do Código de Processo Civil.

DA PERÍCIA ANTECIPADA

O novo Código de Processo Civil estabelece em seu Artigo 139, VI, a possibilidade de alteração da ordem da produção dos meios de prova, adequando-os as necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.

Por sua vez, o Art. 381, em seu inciso II, prevê a admissibilidade da produção antecipada de prova quando esta seja suscetível de viabilizar a auto composição ou outro meio de solução de conflitos.



Destarte, nos processos onde se discute a existência de diferenças de valores a serem pagos em razão do seguro DPVAT, a produção da prova pericial é de fundamental importância para a apuração da extensão do dano e, por conseguinte, a quantificação das diferenças pleiteadas.

Nessa esteira de entendimento, a produção antecipada da perícia médica é de suma relevância para a viabilização da conciliação no presente caso.

Assim, requer a parte autora, a aplicação dos artigos supracitados para alterar a ordem de produção da prova pericial para que seja antecipada a sua realização, custeada pela Seguradora Ré, de forma a viabilizar eventual proposta de acordo.

Ocorre que, a parte Autora já havia requerido indenização perante Seguradora Ré, tendo aberto o sinistro de nº **3190216445** e, não recebeu um valor satisfatório, pelas vias administrativa.

O Requerente perfaz o direito de ser dignamente indenizado, com a observação da proporcionalidade e repercussões das graves lesões e sequelas que sofreu em toda extensão do seu corpo em decorrência do acidente. (*Carta da Líder – EDSO YEGO SILVA*).

Em razão disto, pleiteia o recebimento da indenização corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais.

DOS FATOS

Trata-se de seguro devido em face de acidente que ocorreu no dia 23/03/2018, a parte Autora EDSO YEGO SILVA, estava conduzindo sua moto na Av. José Luiz da Silva, no sentido (**Estrada da Redinha/Vale Dourado**), trafegava normalmente pela faixa da esquerda, sinalizou dando seta, quando foi surpreendido com uma batida muito forte em sua moto pelo esquerdo por outro veículo. Foi atingido pelo veículo, CORSA MAXX cor preta, conduzido pelo Sr. UDSO TADEU DE BARROS SILVA, como a pancada foi muito forte, desequilibrou-se, perdeu o controle de sua moto e caiu, causando escoriações e fraturas envolvendo regiões múltiplas em um de seus membros inferiores, passou por cirurgias plásticas para enxerto, fraturas expostas na Tibia e Fíbula + calcâneo na perna E + fratura fechada em patela E + escoriações no tórax, passou por cirurgias plásticas para enxerto de pele no calcâneo. Foi socorrido pela SAMU nº de **Atendimento 196706/1**, onde foi feito procedimento de praxe realizado pela equipe de plantão, aproximadamente às 23:03h do dia 23/03/2018. Foi conduzido para o HOSPITAL MONSENHOR WOLFREDO GURGEL, nº FIA 2786/2018 – Prontuário 1169600 e ficou internado até dia 07/07/2018, onde foi transferido para o HOSPITAL DEOCLÉSIO MARQUES LUCENA, passou intervenção cirúrgica (escore de trauma modificado) A+B+C, causa eficiente da lesão TRAUMA NA PERNA ESQUERDA.

Diante de tal fato, seria devido o pagamento do prêmio segurado, na forma do Art. 3º, da Lei nº 6.194/74, o que foi concedido administrativamente em parte pois o valor pago foi abaixo do que deveria de acordo com a lesão.

Ocorre que tal motivo não pode prosperar, razão pela qual intenta a presente ação.



DO DIREITO

A Lei 6.194/74 prevê que o beneficiário receba o valor da cobertura do seguro DPVAT junto a qualquer seguradora do Consórcio Estabelecido no Artigo 7º da referida norma.

Ainda de acordo com a supramencionada Lei, basta a mera demonstração de que a incapacidade ou debilidade permanente decorreu de acidente automobilístico e a qualidade de beneficiário/vítima de quem requer a indenização.

Conforme a documentação colacionada aos autos do processo, os requisitos legais supracitados encontram-se devidamente comprovados.

Ressalte-se que, tendo a Medida Provisória n. 340, de 29 de Dezembro de 2006, posteriormente convertida na Lei nº. 11.482/2007, fixado o valor devido aos segurados em razão da invalidez ou debilidade permanente, estabelecendo o valor máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), desvinculando-o do salário mínimo, faz-se necessária a preservação do valor estabelecido pelo legislador, devendo ser aplicada a correção monetária a partir da data do evento danoso.

Neste sentido, decidiu o Superior Tribunal de Justiça em 27 de maio de 2015 ao julgar o Recurso Especial tombado sob o número 1.483.620 – SC.

Nos termos do art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

- I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;
- II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;
- III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Conforme documentação probatória, o nexo de causalidade entre o fato ocorrido (acidente) e o dano dele decorrente são inequívocos, fazendo jus o Autor ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74:



Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

No presente caso, tem-se em tela um ato ilícito pelo descumprimento de obrigação contratual por parte do Réu, o que se enquadra no Código Civil nos seguintes termos:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Ou seja, pela omissão voluntária do réu, que reflete diretamente num prejuízo ao Autor tem-se configurado um ato ilícito.

No mesmo sentido, o Código Civil dispõe:

Art. 389. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.

Portanto, trata-se de necessária indenização proporcional ao dano sofrido pelo Autor, conforme precedentes sobre o tema:

DPVAT. Ação de cobrança. Boletim de Ocorrência que revela a dinâmica do acidente. Carro desgovernado que atinge o braço do Autor. Acidente coberto pelo seguro obrigatório. Sentença confirmada. Recurso desprovido. (TJ-SP 10172507820168260451 SP 1017250-78.2016.8.26.0451, Relator: Pedro Baccarat, 36ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 04/05/2018)

DPVAT. Seguro obrigatório. Acidente automobilístico. Sequelas residuais permanentes. Obrigatoriedade do pagamento do DPVAT às vítimas de acidentes. De acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a indenização do seguro, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. Incidência da correção monetária desde o evento danoso, nos termos da súmula 580 do STJ. Provimento parcial do recurso. (TJ-RJ - APL: 01481217420148190001 RIO DE JANEIRO CAPITAL 44 VARA CÍVEL, Relator: FERDINALDO DO NASCIMENTO, DÉCIMA NONA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 11/05/2018)

Trata-se da necessária aplicação da lei, uma vez que demonstrado o compromisso firmado pelo contrato e a ocorrência do descumprimento, outra solução não resta se não o imediato pagamento do débito, conforme amplamente protegido pelos tribunais.



CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL

Conforme precedentes sobre o tema, o valor apurado deve sofrer correção monetária a partir da data do sinistro, conforme clara redação da Súmula 43 do STJ:

Súmula 43 - Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo. (Súmula 43, CORTE ESPECIAL, julgado em 14/05/1992, DJ 20/05/1992)

Este entendimento predomina na jurisprudência, vejamos:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. ATUALIZAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO PREVISTO NA LEI N. 6.194/1974 DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 580 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SC - AC: 03101020720168240033 Criciúma 0310102-07.2016.8.24.0033, Relator: Maria do Rocio Luz Santa Ritta, Data de Julgamento: 08/05/2018, Terceira Câmara de Direito Civil)

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. TESE FIRMADA PELO STJ SOB O FORMATO DO ART. 543-C DO CPC (REsp. 1.483.620/SC). JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO (STJ, SÚMULA 426). RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. 1. Ocorrido o acidente automobilístico, aferido que as lesões experimentadas pela vítima determinaram sua incapacidade parcial permanente decorrente da debilidade permanente do membro inferior esquerdo em um segmento que passara a afligi-la, patenteado o nexo de causalidade enlaçando o evento danoso à invalidez que a acomete, assiste-lhe o direito de receber a indenização derivada do seguro obrigatório - DPVAT - (...), a omissão legislativa sobre a previsão de atualização do delimitado como simples forma de preservar a identidade das coberturas no tempo por estarem sujeitas ao efeito corrosivo da inflação obsta que seja determinada a correção das indenizações devidas desde o momento da fixação da base de cálculo, determinando que sejam atualizadas somente a partir do evento danoso, conforme tese firmada pela Corte Superior de Justiça sob o formato do artigo 543-C do CPC/73 em sede de julgamento de recursos repetitivos (Resp 1.483.620/SC), e incrementadas dos juros de mora legais a contar da citação (STJ, súmula 426). 5. Apelação conhecida e provida. Unânime. (TJ-DF 20170110092880 DF 0002977-97.2017.8.07.0001, Relator: TEÓFILO CAETANO, Data de Julgamento: 25/04/2018, 1ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 03/05/2018 . Pág.: 124-140)

Motivos pelos quais, demonstrada a negativa de cobertura pela seguradora, devida a atualização dos valores devidos a partir da data do evento danos, qual seja 13.10.2018.



DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – DO REGRAMENTO DO NOVO CPC

O Novo Código de Processo Civil estabelece em seu Artigo 85, §8º que, ao Julgar a ação, o Juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, quando for irrisório ou inestimável o proveito econômico ou quando o valor da causa for muito baixo.

Nesta senda, levando em conta o grau do zelo profissional, bem como o trabalho realizado pelo patrono do autor, requer a condenação da parte Ré ao pagamento de honorários em valor não inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nos termos do NCPC.

DOS PEDIDOS

- ü A concessão da GRATUIDADE DA JUSTIÇA;
- ü Que todas as publicações na Imprensa Oficial sejam feitas, única e exclusivamente, em nome da Dra. SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUZA, inscrito nos quadros da OAB, Seccional do Rio Grande do Norte, sob o nº 17.267 e Dra. GEONARA ARAÚJO DE LIMA, inscrito nos quadros da OAB, Seccional do Rio Grande do Norte, sob o nº 16.005, bem como para fins do Artigo 39, I, do Código de Processo Civil, que sejam remetidas todas as futuras intimações para o seu endereço Profissional na Rua Dos Canindés, nº. 1235, sala 04, Alecrim, CEP, 59030-600, Natal - Rio Grande do Norte, sob pena de nulidade processual por cerceamento de defesa;
- ü Citação da Seguradora Ré na forma estabelecida nos Artigos 239 e 334 do Código de Processo Civil;
- ü Realização de Perícia Médica antecipada e custeada pela Seguradora Ré, nos termos do Art. 139, VI do CPC/2015;
- ü Inversão do ônus da prova;
- ü Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com juros a partir da citação, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);
- ü f) A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios.
- ü Quanto aos honorários advocatícios, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, no importe de 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou seja, o máximo indenizável é de R\$ 13.500,00, portanto, a metade é de R\$ 6.750,00, se o valor da condenação for maior que isso, pugna pela aplicação do parágrafo 3º do art. 20 do CPC na condenação dos honorários.
- ü Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo indenizável, o que torna pequeno o valor, requer a condenação da Requerida nos honorários advocatícios, com fundamento no parágrafo 4º do art. 20 do CPC, evitando assim honorários irrisórios e a consequente desvalorização profissional.
- ü Seja a Ré condenada ao pagamento em favor do Autor da indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a ser corrigido monetariamente a partir da data do evento danoso e observado o correto grau de invalidez, bem como a devida proporcionalidade das lesões e suas REPERCUSSÕES;
- ü Pagamento de Juros de mora legais na forma da recomendação prevista na Súmula nº. 54 do Superior Tribunal de Justiça e custas processuais, bem como honorários advocatícios, estes arbitrados em valor não inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nos termos do Art. 85, §8º do NCPC.



Protesta por todos os meios de prova em Direito admitidos, especialmente prova pericial médica, conforme quesitos adiante anexos e, ainda, prova documental, em especial complementar com a ulterior juntada de documentos.

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para efeitos fiscais e de alçada.

Nestes termos, pede deferimento

Natal, 13 de janeiro de 2020.

GEONARA ARAÚJO DE LIMA
OAB/RN 16.005

SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUZA
OAB/RN 17.267





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE
NATAL RIO GRANDE DO NORTE

EDSON YEGO SILVA SOUZA, brasileiro, união estável, sorveteiro, portadora do Rg de nº 2.625.107 SSP/RN e CPF de nº: 089.718.674-50, residente e domiciliado na RUA SÃO JOSE, nº 392 bairro LAGOA AZUL LOT JOSE SARNEY – NATAL/RN CEP: 59.129-748, Cel: (84) 99402-3441, vem perante V. Ex^a, com fulcro nos artigos 318 e 319 do CPC/2015 e no artigo 3º, II, da lei 6.194/74 com alteração dada pelas leis 8.441/92 e 11.482/2007, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

em face de seguradora líder , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº CNPJ: 09.248.608/0001-04, com sede na R Senador Dantas, 74 5,6,9,14 E 15 ANDAR, Rio De Janeiro - RJ, (21)3861-4600, CEP 20031-205, pelos motivos e fatos que passa a expor.

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

1





PRELIMINARMENTE

DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

O autor requer, desde já, a concessão da gratuidade da justiça nos termos dos Artigos 98 e 99 do CPC/2015 e do Art. 5º, inciso LXXIV da CF/88, haja vista não possuir condição financeira de arcar com as custas, as despesas processuais e honorários advocatícios, sem o prejuízo do seu próprio sustento e de sua família.

Vale ressaltar que, tal benefício, não está subordinado à comprovação da impossibilidade de custear as despesas processuais sem sacrificar a subsistência própria e da família. Nos termos do § 3º do artigo 99 do NCPC, presume-se verdadeira a alegação de insuficiência feita exclusivamente por pessoa natural, só sendo possível o indeferimento da gratuidade se estiver provado nos autos a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, conforme previsão do §2º do supracitado artigo.

Diante do exposto, requer a concessão do benefício da GRATUIDADE DA JUSTIÇA, por ser medida da mais perfeita Justiça, conforme os dispositivos legais acima expostos.

DO INTERESSE DE AGIR

Via administrativa inadequada – Irregularidades no pagamento leva ao ajuizamento para cobrança de diferenças, recebeu R\$ **4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais)**.

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

2





primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.

1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

3





DESCONTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional 5ºXXXVCF.

Contudo, para afastar qualquer dúvidas quanto à inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é **OBRIGADO A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO:**

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a **medida provisória nº 340/2006** que alterou o valor da indenização e fixou em **R\$ 13.500,00** ou seja, dia **29/12/2006** (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve correção).
- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em **10%, 25%, 50%, 75% e 100%**, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

4





- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.
- **A Seguradora Líder diligencia** e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias e leis, que só visam ao lucro para **o convênio DPVAT** e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotiva-la.

Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem contudo ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o **princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República**, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situação acima expostas.

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

5





DA CITAÇÃO

O Código de Processo Civil em vigor estabelece, em seu Art. 240 que a citação válida, ainda quando ordenada por Juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, sendo assim, direito que assiste à parte requerente.

Por sua vez, segundo o Art. 239 do NCPC, é indispensável à citação do réu, senão vejamos:

Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido. (Grifamos)

Ressalte-se ainda que, para que ocorra a audiência de conciliação ou mediação deverá o réu ser citado com antecedência mínima de 20 dias, in verbis:

Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. (Grifamos)

Assim, por todo o exposto, requer a parte autora que seja determinada por este MM. Juízo, a citação da Seguradora Ré na forma estabelecida nos Artigos 239 e 334 do Código de Processo Civil.

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

6





DA PERÍCIA ANTECIPADA

O novo Código de Processo Civil estabelece em seu Artigo 139, VI, a possibilidade de alteração da ordem da produção dos meios de prova, adequando-os as necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito.

Por sua vez, o Art. 381, em seu inciso II, prevê a admissibilidade da produção antecipada de prova quando esta seja suscetível de viabilizar a auto composição ou outro meio de solução de conflitos.

Destarte, nos processos onde se discute a existência de diferenças de valores a serem pagos em razão do seguro DPVAT, a produção da prova pericial é de fundamental importância para a apuração da extensão do dano e, por conseguinte, a quantificação das diferenças pleiteadas.

Nessa esteira de entendimento, a produção antecipada da perícia médica é de suma relevância para a viabilização da conciliação no presente caso.

Assim, requer a parte autora, a aplicação dos artigos supracitados para alterar a ordem de produção da prova pericial para que seja antecipada a sua realização, custeada pela Seguradora Ré, de forma a viabilizar eventual proposta de acordo.

Ocorre que, a parte Autora já havia requerido indenização perante Seguradora Ré, tendo aberto o sinistro de nº 3190216445 e, não recebeu um valor satisfatório, pelas vias administrativa.

O Requerente perfaz o direito de ser dignamente indenizado, com a observação da

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

7





proporcionalidade e repercussões das graves lesões e sequelas que sofreu em toda extensão do seu corpo em decorrência do acidente. (Carta da Líder – EDSON YEGO SILVA).

Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

LÍDER
Seguradora

Rio de Janeiro, 14 de Abril de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190216445 Vítima: EDSON YEGO SILVA SOUZA

Data do Acidente: 23/03/2018 Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: ANDRE DA CRUZ GONCALVES

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), EDSON YEGO SILVA SOUZA

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 4.725,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%
Graduação: Em grau médio 50%
% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 70%) 35,00%
Valor a indenizar: 35,00% x 13.500,00 = R\$ 4.725,00

Recebedor: EDSON YEGO SILVA SOUZA
Valor: R\$ 4.725,00
Banco: 341
Agência: 000006998
Conta: 0000024203-3
Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retomar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT
Estamos aqui para Você

Em razão disto, pleiteia o recebimento da indenização corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais.

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

8





DOS FATOS

Trata-se de seguro devido em face de acidente que ocorreu no dia 23/03/2018, a parte Autora EDSON YEGO SILVA, estava conduzindo sua moto na Av. José Luiz da Silva, no sentido (**Estrada da Redinha/Vale Dourado**), trafegava normalmente pela faixa da esquerda, sinalizou dando seta, quando foi surpreendido com uma batida muito forte em sua moto pelo esquerdo por outro veículo. Foi atingido pelo veículo, CORSA MAXX cor preta, conduzido pelo Sr. UDSON TADEU DE BARROS SILVA, como a pancada foi muito forte, desequilibrou-se, perdeu o controle de sua moto e caiu, causando escoriações e fraturas envolvendo regiões múltiplas em um de seus membros inferiores, passou por cirurgias plásticas para enxerto, fraturas expostas na Tíbia e Fíbula + calcâneo na perna E + fratura fechada em patela E + escoriações no tórax, passou por cirurgias plásticas para enxerto de pele no calcâneo. Foi socorrido pela SAMU nº de **Atendimento 196706/1**, onde foi feito procedimento de praxe realizado pela equipe de plantão, aproximadamente às 23:03h do dia 23/03/2018. Foi conduzido para o HOSPITAL MONSENHOR WOLFREDO GURGEL, nº FIA 2786/2018 – Prontuário 1169600 e ficou internado até dia 07/07/2018, onde foi transferido para o HOSPITAL DEOCLÉSIO MARQUES LUCENA, passou intervenção cirúrgica (escore de trauma modificado) A+B+C, causa eficiente da lesão TRAUMA NA PERNA ESQUERDA.

Diante de tal fato, seria devido o pagamento do prêmio segurado, na forma do Art. 3º, da Lei nº 6.194/74, o que foi concedido administrativamente em parte pois o valor pago foi abaixo do que deveria de acordo com a lesão.

Ocorre que tal motivo não pode prosperar, razão pela qual intenta a presente ação.

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

9





DO DIREITO

A Lei 6.194/74 prevê que o beneficiário receba o valor da cobertura do seguro DPVAT junto a qualquer seguradora do Consórcio Estabelecido no Artigo 7º da referida norma.

Ainda de acordo com a supramencionada Lei, basta a mera demonstração de que a incapacidade ou debilidade permanente decorreu de acidente automobilístico e a qualidade de beneficiário/vítima de quem requer a indenização.

Conforme a documentação colacionada aos autos do processo, os requisitos legais supracitados encontram-se devidamente comprovados.

Ressalte-se que, tendo a Medida Provisória n. 340, de 29 de Dezembro de 2006, posteriormente convertida na Lei nº. 11.482/2007, fixado o valor devido aos segurados em razão da invalidez ou debilidade permanente, estabelecendo o valor máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), desvinculando-o do salário mínimo, faz-se necessária a preservação do valor estabelecido pelo legislador, devendo ser aplicada a correção monetária a partir da data do evento danoso.

Neste sentido, decidiu o Superior Tribunal de Justiça em 27 de maio de 2015 ao julgar o Recurso Especial tombado sob o número 1.483.620 – SC.

Nos termos do art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

10





art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

- I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;
- II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;
- III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Conforme documentação probatória, o nexo de causalidade entre o fato ocorrido (acidente) e o dano dele decorrente são inequívocos, fazendo jus o Autor ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

No presente caso, tem-se em tela um ato ilícito pelo descumprimento de obrigação contratual por parte do Réu, o que se enquadra no Código Civil nos seguintes termos:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

11





Ou seja, pela omissão voluntária do réu, que reflete diretamente num prejuízo ao Autor tem-se configurado um ato ilícito.

No mesmo sentido, o Código Civil dispõe:

Art. 389. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.

Portanto, trata-se de necessária indenização proporcional ao dano sofrido pelo Autor, conforme precedentes sobre o tema:

DPVAT. Ação de cobrança. Boletim de Ocorrência que revela a dinâmica do acidente. Carro desgovernado que atinge o braço do Autor. Acidente coberto pelo seguro obrigatório. Sentença confirmada. Recurso desprovido. (TJ-SP 10172507820168260451 SP 1017250-78.2016.8.26.0451, Relator: Pedro Baccarat, 36ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 04/05/2018)

DPVAT. Seguro obrigatório. Acidente automobilístico. Sequelas residuais permanentes. Obrigatoriedade do pagamento do DPVAT às vítimas de acidentes. De acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a indenização do seguro, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. Incidência da correção monetária desde o evento danoso, nos termos da súmula 580 do STJ. Provimento parcial do recurso. (TJ-RJ - APL: 01481217420148190001 RIO DE JANEIRO CAPITAL 44 VARA CÍVEL, Relator: FERNANDO DO NASCIMENTO, DÉCIMA NONA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 11/05/2018)

Trata-se da necessária aplicação da lei, uma vez que demonstrado o compromisso firmado pelo contrato e a ocorrência do descumprimento, outra solução não resta se não

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

12





o imediato pagamento do débito, conforme amplamente protegido pelos tribunais.

CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL

Conforme precedentes sobre o tema, o valor apurado deve sofrer correção monetária a partir da data do sinistro, conforme clara redação da Súmula 43 do STJ:

Súmula 43 - Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo. (Súmula 43, CORTE ESPECIAL, julgado em 14/05/1992, DJ 20/05/1992)

Este entendimento predomina na jurisprudência, vejamos:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. ATUALIZAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO PREVISTO NA LEI N. 6.194/1974 DESDE A DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 580 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SC - AC: 03101020720168240033 Criciúma 0310102-07.2016.8.24.0033, Relator: Maria do Rocio Luz Santa Ritta, Data de Julgamento: 08/05/2018, Terceira Câmara de Direito Civil)

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. TESE FIRMADA PELO STJ SOB O FORMATO DO ART. 543-C DO CPC (REsp. 1.483.620/SC). JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO (STJ, SÚMULA 426). RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. 1. Ocorrido o acidente automobilístico, aferido que as lesões experimentadas pela vítima determinaram sua incapacidade parcial permanente decorrente da debilidade permanente do membro inferior esquerdo em um segmento que passara a afligi-la, patenteado o nexo de causalidade enlaçando o evento danoso à invalidez que a acomete, assiste-lhe o direito de receber a indenização derivada do seguro obrigatório - DPVAT - (...), a omissão legislativa sobre a previsão de atualização do delimitado como simples forma de preservar a identidade das coberturas no tempo por

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

13





estarem sujeitas ao efeito corrosivo da inflação obsta que seja determinada a correção das indenizações devidas desde o momento da fixação da base de cálculo, determinando que sejam atualizadas somente a partir do evento danoso, conforme tese firmada pela Corte Superior de Justiça sob o formato do artigo 543-C do CPC/73 em sede de julgamento de recursos repetitivos (Resp 1.483.620/SC), e incrementadas dos juros de mora legais a contar da citação (STJ, súmula 426). 5. Apelação conhecida e provida. Unânime. (TJ-DF 20170110092880 DF 0002977-97.2017.8.07.0001, Relator: TEÓFILO CAETANO, Data de Julgamento: 25/04/2018, 1ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 03/05/2018 . Pág.: 124-140)

Motivos pelos quais, demonstrada a negativa de cobertura pela seguradora, devida a atualização dos valores devidos a partir da data do evento danos, qual seja 13.10.2018.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – DO REGRAMENTO DO NOVO CPC

O Novo Código de Processo Civil estabelece em seu Artigo 85, §8º que, ao Julgar a ação, o Juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, quando for irrisório ou inestimável o proveito econômico ou quando o valor da causa for muito baixo.

Nesta senda, levando em conta o grau do zelo profissional, bem como o trabalho realizado pelo patrono do autor, requer a condenação da parte Ré ao pagamento de honorários em valor não inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nos termos do NCPC.

DOS PEDIDOS

- ✓ A concessão da GRATUIDADE DA JUSTIÇA;
- ✓ Que todas as publicações na Imprensa Oficial sejam feitas, única e exclusivamente, em nome da Dra. SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUZA, inscrito nos quadros da OAB, Seccional do Rio Grande do Norte, sob o nº 17.267 e Dra. GEONARA ARAÚJO DE LIMA,

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

14





inscrito nos quadros da OAB, Seccional do Rio Grande do Norte, sob o nº 16.005, bem como para fins do Artigo 39, I, do Código de Processo Civil, que sejam remetidas todas as futuras intimações para o seu endereço Profissional na Rua Dos Canindés, nº. 1235, sala 04, Alecrim, CEP, 59030-600, Natal - Rio Grande do Norte, sob pena de nulidade processual por cerceamento de defesa;

- ✓ Citação da Seguradora Ré na forma estabelecida nos Artigos 239 e 334 do Código de Processo Civil;
- ✓ Realização de Perícia Médica antecipada e custeada pela Seguradora Ré, nos termos do Art. 139, VI do CPC/2015;
- ✓ Inversão do ônus da prova;
- ✓ Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com juros a partir da citação, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);
- ✓ f) A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios.
- ✓ Quanto aos honorários advocatícios, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, no importe de 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou seja, o máximo indenizável é de R\$ 13.500,00, portanto, a metade é de R\$ 6.750,00, se o valor da condenação for maior que isso, pugna pela aplicação do parágrafo 3º do art. 20 do CPC na condenação dos honorários.
- ✓ Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo indenizável, o que torna pequeno o valor, requer a condenação da Requerida nos honorários advocatícios, com fundamento no parágrafo 4º do art. 20 do CPC, evitando assim honorários irrisórios e a consequente desvalorização profissional.

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

15





- ✓ Seja a Ré condenada ao pagamento em favor do Autor da indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a ser corrigido monetariamente a partir da data do evento danoso e observado o correto grau de invalidez, bem como a devida proporcionalidade das lesões e suas REPERCUSSÕES;
- ✓ Pagamento de Juros de mora legais na forma da recomendação prevista na Súmula nº. 54 do Superior Tribunal de Justiça e custas processuais, bem como honorários advocatícios, estes arbitrados em valor não inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) nos termos do Art. 85, §8º do NCPC.

Protesta por todos os meios de prova em Direito admitidos, especialmente prova pericial médica, conforme quesitos adiante anexos e, ainda, prova documental, em especial complementar com a ulterior juntada de documentos.

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para efeitos fiscais e de alçada.

Nestes termos, pede deferimento

Natal, 13 de janeiro de 2020.

GEONARA ARAÚJO DE LIMA
OAB/RN 16.005

SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUZA
OAB/RN 17.267

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496

16





Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005
Dra. Suely Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267


INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: EDSON YEGO SILVA SOUZA, brasileiro, união estável, sorveteiro, portadora do Rg de nº 2.625.107 SSP/RN e CPF de nº: 089.718.674-50, residente e domiciliado na RUA SÃO JOSE, nº 392 bairro LAGOA AZUL LOT JOSE SARNEY – NATAL/RN CEP: 59.129-748, Cel: (84) 99402-3441.

OUTORGADO: SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUSA, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RN, sob o nº 17.267; GEONARA ARAÚJO DE LIMA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RN sob o nº 16.005, ambas com endereço para intimações na Rua dos Canindés, nº 1235 – Galeria André Barbosa, bairro do Alecrim, Natal/RN CEP 59030-600, para o futuro denominado **CONTRATADO**, contratam da forma que segue:

PODERES: O outorgante concede procuração geral para o foro, conforme o artigo 105 do CPC, bem como os poderes da cláusula "ad judicium et extra" e os poderes especiais para transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, dar e receber quitação, firmar compromisso, perante qualquer juízo, instância ou tribunal, representar junto às instituições e repartições públicas federais, estaduais e municipais, autárquicas, sociedades de economia mista, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas em geral, podendo substabelecer, e, finalmente, praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, especificamente, para propor ação judicial contra a SEGURADORA DE DPVAT LIDER.

Natal, 17 de Abril de 2019.


EDSON YEGO SILVA SOUZA
CPF nº: 089.718.674-50
Outorgante

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.



HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL
missão de Internamento Hospitalar

Nº FIA: 2786 /2018

Prontuário: 1169600

Paciente: 66814 - EDSON YEGO SILVA SOUZA

Cartão SUS:

CPF:

Dt Nasc: 06/07/1989

Idade: 28 anos 8 meses 18 dias

Sexo: M

Etnia: PARDA

Estado Civil: NÃO INFORMADO

Nome da mãe: DESCONHECIDA

Nome do pai:

Nº: 1

Rua/Av: SAO JOSE

Bairro: LAGOA AZUL

Complemento: (LOT J SARNEY)

CEP: 59129748

Cidade: NATAL

Telefone: 84 999365797 84 999365797

Unidade: PS - ORTOPEDIA

Leito: 1024

Especialidade: ORTOPEDICA

Responsável: EDSON YEGO SILVA SOUZA -

Usuário: FRANCISCO DE ASSIS MORAIS QUEIROZ

Admissão: 24/03/2018 02:31:19 Alta: 07.07.18 Óbito: Dias de permanência:

DIAGNÓSTICO INICIAL: T02.3 - FRATURAS ENVOLVENDO REGIÕES MÚLTIPLAS DE UM MEMBRO INFERIOR
415010012 -

DIAGNÓSTICO FINAL:

RESUMO DE ALTA

CONFERE COM ORIGINAL
NATAL/RN, 28.08.18
PROTOCOLO: LIV. 1
Fls: 1

WASHINGTON LUIS C. GOMES
ASSIST. TÉC. EM SAÚDE
MAT: 181.320-0

NATAL, 24 de Março de 2018.

ASSINATURA DO MÉDICO RESPONSÁVEL - C





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
POLÍCIA MILITAR
COMANDO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA ESTADUAL - CPRE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
BOAT 99000

1 - LOCAL E DATA

Local Rua: José Luiz da Silva Bairro Alfonça
Cidade/UF Natal/RN P. Ref. PR 24 4000
Data 23/03/2018 Hora do acidente 22:15 Hora do registro 22:30 Dia da semana sexta

2 - NATUREZA DA OCORRÊNCIA

☐ - Colisão Frontal ☐ - Colisão Lateral ☐ - Capotamento ☐ - Atropelamento
☐ - Colisão Posterior ☒ - Colisão Transversal ☐ - Choque ☐ - Outro(s) _____

3 - VEÍCULO 01:

Placa ou Chassi N03 7021 Cidade Natal UF RN
Marca/Mod. Honda/CG 125 Fan KS Cor preta Ano 2012/2012
Proprietário Edson Fervon Pereira de Lima N° de Ocupantes 01
Condutor Edson Fervon Pereira de Lima Data de Nasc. 06/07/1989
Endereço Rua São José N° 391 Fone 988672510
Bairro Alfonça Cidade Natal UF RN
CPF N° 08912867450 CNH N° 06010558946 Validade 06/08/2018 Categoria B
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ N° _____ Bairro _____ Cidade _____

4 - VEÍCULO 02:

Placa ou Chassi MYT 9452 Cidade Natal UF RN
Marca/Mod. GM/Corolla Hatch Maxx Cor preta Ano 2008/2008
Proprietário Edson Fervon Pereira de Lima N° de Ocupantes 01
Condutor Edson Fervon Pereira de Lima Data de Nasc. 08/10/1980
Endereço Rua: José Fervon da Silva N° 164 Fone 9991836129
Bairro Vale da Moura Cidade Natal UF RN
CPF N° 01278006460 CNH N° 05181756895 Validade 20/12/2020 Categoria B
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ N° _____ Bairro _____ Cidade _____

5 - VEÍCULO 03:

Placa ou Chassi _____ Cidade _____ UF _____
Marca/Mod. _____ Cor _____ Ano _____
Proprietário _____ N° de Ocupantes _____
Condutor _____ Data de Nasc. _____
Endereço _____ N° _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
CPF N° _____ CNH N° _____ Validade _____ Categoria _____
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ N° _____ Bairro _____ Cidade _____

6 - VEÍCULO 04:

Placa ou Chassi _____ Cidade _____ UF _____
Marca/Mod. _____ Cor _____ Ano _____
Proprietário _____ N° de Ocupantes _____
Condutor _____ Data de Nasc. _____
Endereço _____ N° _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
CPF N° _____ CNH N° _____ Validade _____ Categoria _____
Local de Trabalho _____ Fone _____
End. _____ N° _____ Bairro _____ Cidade _____

nticação Número do Boletim: 99000 Número da Ocorrência: 273564 Data Registro: 28/03/2018 Hora Registro: 10:17:23 Número/Controle: 4FE249FA97A39034

RECEBIDO
21 MAR 2019
TERRA DO SOL ADM.
CORRETORA DE SEGS.



Assinado eletronicamente por: GEONARA ARAUJO DE LIMA - 15/01/2020 17:14:42

<https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20011517144153500000050544580>

Número do documento: 20011517144153500000050544580

7 - VERSÕES DOS CONDUTORES

SOBRE V1 - Em que Rua/ Av. Transitava? Av. Jorge Luiz da Silva
Em que sentido? vale parado/ estrada de rodinha Em que faixa? Direita
Versão do condutor Eldega que trafegava normalmente na via acima
citada quando o condutor de v2 sem das ceto entrou a es
querda Foi ai que v2 bateu na lateral esquerda de v1

Assinatura do Condutor do V1 Eldega da Silva Junior

SOBRE V2 - Em que Rua/ Av. Transitava? Av. Jorge Luiz da Silva
Em que sentido? estrada rodinha/ vale parado Em que faixa? Esquerda
Versão do condutor Eldega que trafegava normalmente na via acima
citada quando deu seta para convergir a esquerda Foi
quando o condutor de v1 bateu no lado esquerdo de v2
no de v2. o condutor de v2 informa que o condutor de
v1 bateu no para choque do lado esquerdo

Assinatura do Condutor do V2 Eldega J. da Silva

SOBRE V3 - Em que Rua/ Av. Transitava?

Em que sentido?

Em que faixa?

Versão do condutor

Assinatura do Condutor do V3

SOBRE V4 - Em que Rua/ Av. Transitava?

Em que sentido?

Em que faixa?

Versão do condutor

Assinatura do Condutor do V4

Autenticação Número do Boletim: 99000 Número da Ocorrência: 273564 Data Registro: 28/03/2018 Hora Registro: 10:17:23 Número/Controle: 4FE249FA97A39034

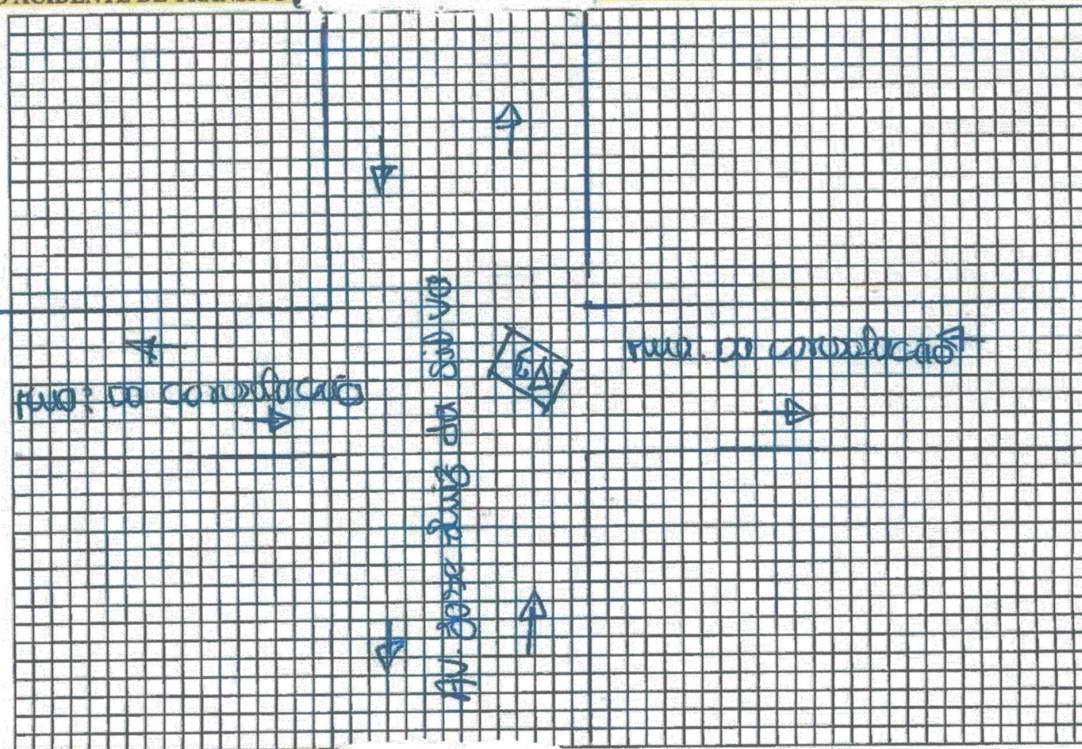


99000

8 - CONDIÇÕES DA VIA

Luminosidade	Cond./ Tempo	Tipo da Pista	Caract./ Pista	Cond./ Pista	Sinalização
<input type="checkbox"/> Amanhecendo	<input checked="" type="checkbox"/> Bom	<input checked="" type="checkbox"/> Asfalto	<input checked="" type="checkbox"/> Reta	<input checked="" type="checkbox"/> Seca	<input checked="" type="checkbox"/> Inexistente
<input type="checkbox"/> Pleno Dia	<input type="checkbox"/> Nublado	<input type="checkbox"/> Paralelepípedo	<input type="checkbox"/> Curva	<input type="checkbox"/> Molhada	<input type="checkbox"/> Do Agente de Trânsito
<input type="checkbox"/> Anoitecendo	<input type="checkbox"/> Chuva	<input type="checkbox"/> Concreto	<input type="checkbox"/> Active Íngreme	<input type="checkbox"/> Inundada	<input type="checkbox"/> Do Semáforo
<input checked="" type="checkbox"/> Noite c/ Iluminação	<input type="checkbox"/> Neblina	<input type="checkbox"/> Cascalho	<input type="checkbox"/> Active Suave	<input type="checkbox"/> Poças D'água	<input type="checkbox"/> Faixa de Pedestre
<input type="checkbox"/> Noite s/ Iluminação	<input type="checkbox"/> Outros _____	<input type="checkbox"/> Terra	<input type="checkbox"/> Declive Íngreme	<input type="checkbox"/> Oleosa	<input type="checkbox"/> Linha _____
<input type="checkbox"/> Iluminação Deficiente	_____	<input type="checkbox"/> Outros _____	<input type="checkbox"/> Declive Suave	<input type="checkbox"/> Enlameada	<input type="checkbox"/> Placa(s) _____
			<input type="checkbox"/> Lombada	<input type="checkbox"/> Em Obras	<input type="checkbox"/> Lombada eletrônica
			<input checked="" type="checkbox"/> Cruzamento	<input type="checkbox"/> Com Buraco	<input type="checkbox"/> Vel. Máx. Perm. _____ KM/H
			<input type="checkbox"/> Rotatória	<input type="checkbox"/> Com Areia	<input type="checkbox"/> _____
			<input type="checkbox"/> Retorno	<input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> _____
			<input type="checkbox"/> Entroncamento	<input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> _____
			<input type="checkbox"/> Bifurcação	<input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> _____

9 - CROQUI DO ACIDENTE DE TRÂNSITO



10 - AVARIAS VISUALIZADAS PELO AGENTE DE TRÂNSITO

AVARIAS DO VEÍCULO 1

Frente completa, com danos
fraseado.



AVARIAS DO VEÍCULO 2

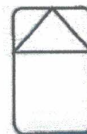
Parte traseira, danificada, e
forçada, com danos, etc.



AVARIAS DO VEÍCULO 3



AVARIAS DO VEÍCULO 4



Autenticação Número do Boletim: 99000 Número da Ocorrência: 273564 Data Registro: 28/03/2018 Hora Registro: 10:17:23 Número/Controle: 4FE249FA97A39034



Assinado eletronicamente por: GEONARA ARAUJO DE LIMA - 15/01/2020 17:14:42

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20011517144153500000050544580>

Número do documento: 20011517144153500000050544580

11 - ☒ Vítima: condutor de ☒ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre ☐ Testemunha
Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: Walfredo Gungel Presenciou: ☐ Fato ☐ Registro

Nome Edson Viegas Silva Souza
RG Nº _____ Órgão Expedidor _____ Data de Nascimento 06/10/1989
Endereço Rua São João Nº 391 Fone _____
Bairro Imbuí Cidade Natal UF RN
Versão _____

Assinatura _____ Hora _____

12 - ☐ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre ☐ Testemunha
Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: _____ Presenciou: ☐ Fato ☐ Registro

Nome _____
RG Nº _____ Órgão Expedidor _____ Data de Nascimento _____
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
Versão _____

Assinatura _____ Hora _____

13 - ☐ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre ☐ Testemunha
Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: _____ Presenciou: ☐ Fato ☐ Registro

Nome _____
RG Nº _____ Órgão Expedidor _____ Data de Nascimento _____
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
Versão _____

Assinatura _____ Hora _____

14 - ☐ Vítima: condutor de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 ☐ Pedestre ☐ Testemunha
Passageiro de ☐ V1 ☐ V2 ☐ V3 ☐ V4 Conduzido para: _____ Presenciou: ☐ Fato ☐ Registro

Nome _____
RG Nº _____ Órgão Expedidor _____ Data de Nascimento _____
Endereço _____ Nº _____ Fone _____
Bairro _____ Cidade _____ UF _____
Versão _____

Assinatura _____ Hora _____

15 - SOCORRISTA E VEÍCULO UTILIZADO

Placa _____ Cidade _____ UF _____ Marca/Modelo _____
Nome _____ RG Nº _____ Órgão Exp. _____
Endereço _____ Nº _____
Bairro _____ Cidade _____ Fone _____

16 - IMAGENS / FOTOS ☐ SIM ☐ NÃO AUTUAÇÃO ☐ SIM ☐ NÃO AIT Nº _____ Cód/DESD _____

17 - OBSERVAÇÃO DO AGENTE DE TRÂNSITO

O veículo de v1 foi entregue ao Sr. José Adriano Mendes
residente na Rua São João nº 391 Det. José Sarney Natal/RN
CPE 052 053 964 83 e se deslocou
v1 foi retirado do local de impacto

Nome Completo do Agente Carlos Roberto Rodrigues Pereira
POSTO/GRAD.: CB PM Nº 99092 Viatura DRE 107 Subunid.: 1º Distrito
Local e Data Natal, 23 de Março de 2018

Assinatura do Agente de Trânsito

ticação Número do Boletim: 99000 Número da Ocorrência: 273564 Data Registro: 28/03/2018 Hora Registro: 10:17:23 Número/Contrôle: 4FE249FA07A39034



MAE: MARIA DE FÁTIMA SILVA
SOUZA
cel 994911239

SUS: 1000 2 113
ITEM: NO
CPR: NO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL DEOCLÉCIO M. LUCENA
PARNAMIRIM / RN

BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA ORT Nº 19

NOME: EDSON YEGO SILVA SOUZA
IDADE: 06/07/1989 COR: PARDOS SEXO: M ESTADO CIVIL: Solteiro
NATURALIDADE: NARAL PROFISSÃO: NO PROCEDÊNCIA:
ENDEREÇO: RUA. Srt José, 391 BAIRRO: LAGOA AZUL
CIDADE: NATAL DATA: 07-07-2018 HORA: 10:00 hrs

CONDIÇÕES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

APARENTEMENTE BEM ☐ REGULAR ☐ COM DISPNEIA ☐ CHOCADO ☐ COMATOSO ☐
C/ HEMORRAGIA ☐ EM CONVULSÃO ☐ POLITRAUMATIZADO ☐ AGITADO ☐ OUTROS ☐

ALEGA ACIDENTE DE TRABALHO SIM ☐ NÃO ☐

PUPILAS,	A) NÍVEL DE CONSCIÊNCIA (GLASGOW)	B) FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA	C) PRESSÃO ARTERIAL
----------	-----------------------------------	----------------------------	---------------------

ESCORE FINAL (SCORE, DE TRAUMA MODIFICADO) A+B+C

TEMP. RESPIRAÇÃO PULSO T.A.

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO (ALEGADA)

Queda por escada

EXAME FÍSICO

CONFERE COM ORIGINAL
DATA: 07/07/2018
Assinatura: 152396-1

SCORE DO TRAUMA MODIFICADO T-RTS

HORA	PRESSÃO ARTERIAL	RESPIRAÇÃO	GLASGOW	SCORE FINAL	TEMP.	PULSO

DIAGNÓSTICO INICIAL

ft trauma



EXAMES COMPLEMENTARES

Ass. do Responsável

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE

<input type="checkbox"/> HEMATOLOGIA	<input type="checkbox"/> NEUROLOGIA	<input type="checkbox"/> NEFROLOGIA	<input type="checkbox"/> CIR. VASCULAR	<input type="checkbox"/> ENDOSCOPIA
<input type="checkbox"/> CLÍNICA MÉDICA	<input type="checkbox"/> CIRURGIA GERAL	<input type="checkbox"/> ORTOPEDIA	<input type="checkbox"/> BUCO-FACIAL	<input type="checkbox"/> UROLOGIA
<input type="checkbox"/> NEUROCIRURGIA	<input type="checkbox"/> OTORRINO	<input type="checkbox"/> OFTALMOLOGIA	<input type="checkbox"/> C. PLÁSTICA	<input type="checkbox"/>

CONDUTA

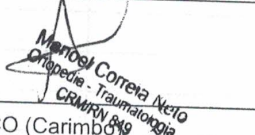
CONFERE COM ORIGINAL

DATA: _____

Assinatura

Ass. do Responsável

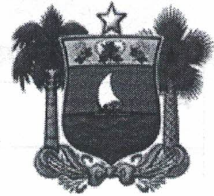
DESTINO DO PACIENTE

<input type="checkbox"/> FICOU NO LOCAL HORA _____ HS	<input checked="" type="checkbox"/> INTERNADO NO SERVIÇO DE ONTOLOGIA	<input type="checkbox"/> REMOVIDO EM ____/____/____ HORA _____ PARA _____
RETIROU-SE POR DATA ____/____/____ ÓBITO ____/____/____ ENTREGUE À FAMÍLIA <input type="checkbox"/>	DECISÃO MÉDICA <input type="checkbox"/> HORA _____ HORA _____ S.V.O. <input type="checkbox"/>	A REVELIA <input type="checkbox"/> I.T.E.P. <input type="checkbox"/>
 MÉDICO (Carimbo)		_____ CHEFE DO PLANTÃO (Carimbo)





SESAP/RN - HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL
PRONTO SOCORRO CLÓVIS SARINHO



BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 13860 /2018

Admissão: 23/03/2018 23:50:19

CIRURGIA GERAL - AMARELO

323

Paciente: 66814 - EDSON YEGO SILVA SOUZA (28 a 8 m 17 d)

Nascimento: 06/07/1989

Natural: NATAL.BRASIL

Sexo: M Cor: PARDA

CNS:

CPF:

Prof:

Mãe: DESCONHECIDA

Pai:

Logradouro: SAO JOSE, 1

CEP: 59129748

Bairro: LAGOA AZUL

Cidade: NATAL

Telefone: 84.999365797

Compl: (LOT J SARNEY)

Motivo: MOTO X CARRO - COLISÃO

Tipo: NÃO REFERENCIADO

Origem: AMBUL. SAMU NATAL

*Empresa:

Fluxograma:					Discriminador:				
OBS:					Classificação: 23/03/2018 23:46:38				
HORA	P.A.	HGT	SatO2	FiO2	F.R.	F.C.	TEMP.	Glasgow	RTS

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO ALEGADA

Queixas: Colisão carro / moto - Fratura exposta tíbia + fíbula + calcâneo na perna E + fratura fechada em patela E + escoriações no tórax

Hora: 23:55

Paciente trazido pelo SAMU em protocolo após colisão com moto no aproximadamente 1 hora. Usava capacete. Negou perda de consciência, vômitos e ingestão de bebida alcoólica.

Refere dor em perna esquerda.

CONFERE COM ORIGINAL
NATAL/RN, 28/08/18
Fis. _____

EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO)

A	Vias aéreas livres, sem crepitação, ruidos com crepitações
B	CV+, simétrico, RI RA, Sat=99% em O2 ambiente
C	Membranizadamente estável, sem hemorragias ativas FC=60bpm
D	ECG=IS
E	Escoriações em face do lado esquerdo, mull esquerda em região externa, com edema

WASHINGTON LUIS C. GOMES
ASSIST. TCC. EM SAÚDE
MAT: 181320-0

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

Abdomen flácido e indolor
Pele estável

PROTÓCOLO
RECEBIDO
21 MAR 2019
TERRA DO SOL ADM.
E CORRETORA DE SEGS.

Realizado em: 24/03/18 Hora: 0:25
Técnico: ADRILSON

*Saída: -

Dra. Mariana Góis
Médica
CRM/RN 4746

DIAGNÓSTICO INICIAL - CID

Trauma

*Gerado via SX por FRANCISCO DE ASSIS MORAIS QUEIROZ. Impresso em 23 de Março de 2018.

Realizado: 24/03/18 Hora: 01:2
Técnico: ADRILSON



Assinado eletronicamente por: GEONARA ARAUJO DE LIMA - 15/01/2020 17:14:45

https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20011517144497500000050544582

Número do documento: 20011517144497500000050544582

EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

A
B
C
D
E

A(ALERGIAS) Penicilina
M(MEDICAÇÃO EM USO) Não
P(PATOLOGIAS E CIRURGIAS PRÉVIAS) Não
L(LIQ. E ALIMENTOS INGERIDOS) Última alimentação há 06 horas
A(AMBIENTE E EVENTOS DO TRAUMA) _____
V (PASSADO VACINAL) Desconhece

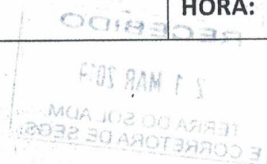
EXAMES COMPLEMENTARES(RADIOLOGIA E IMAGEM)	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS
Rx de membro inferior E, torax em AP	
	OUTROS

CONDUTA PRIMARIA@MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM
① Voltarem os amp. eu	24:10 <u>[Assinatura]</u>
② Var	62335
③ Pa cirurgia geral	
Paciente com evidência de Hemo/	
PNTX, em dor abdominal	
e dor Torácica	
Alta da cirurgia geral	

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL	ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL
-------------------------------------	-------------------------------------

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE

ESPECIALISTA 1 <u>Ortopedia</u>	HORA: 00:10	DATA: 24/03/18
ESPECIALISTA 2	HORA:	DATA:
ESPECIALISTA 3	HORA:	DATA:



CONFERE COM ORIGINAL
NATAL/RN, 24/03/18
• PROTOCOLO: LV
WASHINGTON S.C. GOMES
ASSIST. TEC. EM SAÚDE
MAT.: 161.320-010.019.107.15





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 14 de Abril de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190216445

Vítima: EDSON YEGO SILVA SOUZA

Data do Acidente: 23/03/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: ANDRE DA CRUZ GONCALVES

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), EDSON YEGO SILVA SOUZA

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 4.725,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 70%) 35,00%

Valor a indenizar: 35,00% x 13.500,00 = R\$ 4.725,00

Recebedor: **EDSON YEGO SILVA SOUZA**

Valor: **R\$ 4.725,00**

Banco: **341**

Agência: **000006998**

Conta: **0000024203-3**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
EDSON YEGO SILVA SOUZA

DOC IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
2625107 SSP RN

CPF
089.718.674-50 DATA NASCIMENTO
06/07/1989

FILIAÇÃO
ARNALDO JOSE DE SOUZA
MARIA DE FATIMA SILVA SOUZA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
06010558946 VALIDADE
06/06/2018 1ª HABILITAÇÃO
26/02/2014

OBSERVAÇÕES
EXERCE ATIV REMUNERADA;

Assinatura do Portador

LOCAL
NATAL, RN DATA EMISSÃO
02/03/2015

55257974024
RN702150577

DETRAN - RIO GRANDE DO NORTE

PROTOCOLADO
RECEBIDO
21 MAR 2019
TERRA DO SOL ADM.
E CORRETORA DE SEGS.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RN Nº 012439217796
63000929/2017 00284480703

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

VIA 4 COD. RENAVAM 00452425018 RNTRO *****

NOME/ENDEREÇO
EDJEFFERSON PEREIRA DE LIMA
R GUSTAVO JOEL DE PAULA GOMES, 729
LOT JOSE SARNEY LAGOA AZUL
59.129-730 NATAL/RN

CPF/CNPJ 070.801.544-13 PLACA NOB7201

NOME ANTERIOR MARIA DALVA LOURENCO

PLACA ANT/UF NOB7201/RN CHASSI 9C2JC4110CR495949

ESPECIE TIPO PASSAGEIRO/MOTOCICLETA/NAO APLICAVE COMBUSTIVEL GASOLINA

MARCA/MODELO HONDA/CG 125 FAN KE ANO FAB 2012 ANO MOD 2012

CAP/POT/CIL 0CV/124 CILINDRADAS CATEGORIA PARTICULAR COR PREDOMINANTE PRETA

OBSERVAÇÕES
MOTOR:JC41E1C495949

NATAL/RN DATA 21/02/2017

PROTOCOLADO
RECEBIDO
21 MAR 2019
TERRA DO SOL ADM.
E CORRETORA DE SEGS.



Assinado eletronicamente por: GEONARA ARAUJO DE LIMA - 15/01/2020 17:14:46

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20011517144587800000050544586>

Número do documento: 20011517144587800000050544586



Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005
Dra. Suely Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

CONTRATANTE: , **EDSON YEGO SILVA SOUZA**, brasileiro, sorveteiro, portador da cédula de identidade nº **2.625.107** SSP/RN, inscrito no CPF nº **089.718.674-50**, residente e domiciliado na **RUA SÃO JOSE**, nº 392 bairro LAGOA AZUL LOT JOSE SARNEY – NATAL/RN CEP: **59.129-748**, Cel: **(84) 99402-3441**; doravante denominado **CONTRATANTE**;

CONTRATADOS: **SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUSA**, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RN, sob o nº **17.267**; **GEONARA ARAÚJO DE LIMA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/RN sob o nº **16.005**, ambas com endereço para intimações na Rua dos Canindés, nº 1235 – Galeria André Barbosa, bairro do Alecrim, Natal/RN CEP 59030-600, para o futuro denominado **CONTRATADO**, contratam da forma que segue:

1º - Constitui, o **CONTRATANTE** seus patronos os **CONTRATADOS**, para a finalidade de ajuizar, **AÇÃO INDENIZATÓRIA CONTRA O SEGURO DPVAT**.

2º **A CONTRATANTE** pagará a título de honorários convencionais ao **CONTRATADO** o montante de 30% (trinta) por cento de eventuais valores a que faça “jus” a título de indenização ou atrasados, na Obrigação de Pagar e de Fazer, desmembrados diretamente do crédito principal em nome do contratante, conforme firmado em procuração.

I – O pagamento deverá ser feito quando do recebimento ao término do processo, caso seja favorável.

II – O pagamento deverá ser realizado no escritório com endereço referido no rodapé.

3º - A verba de sucumbência, havendo, pertencerá integralmente ao advogado, conforme dispõe a legislação competente.

*Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.*





Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005
Dra. Suely Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267

4º - O **CONTRATADO** se compromete a bem e fielmente patrocinar a demanda, estando disponível para prestar esclarecimentos ao **CONTRATANTE** em seu endereço profissional, e em horário comercial.

5º - Desistindo da demanda a qualquer tempo, ou revogando o mandato conferido expressa ou tacitamente, o **CONTRATANTE** pagará honorários proporcionais, considerada a situação do processo, observada a tabela da OAB/RN. O mesmo vale em caso de substabelecimento.

6º - É desde já esclarecida à **CONTRATANTE** que o descumprimento de qualquer das cláusulas do presente instrumento importará no ajuizamento da ação competente, seja execução, monitória, cobrança, etc.

7º - Para solução de demandas, as partes elegem o foro da Comarca de Natal/RN.

E, por estarem firmados, assinam o presente contrato após leitura e esclarecimentos.

Natal, 17 de Abril de 2019.

Edson Xego Silva Souza

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.





Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005
Dra. Suely Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267

Edson Yego Silva Souza

EDSON YEGO SILVA SOUZA

CPF nº: 089.718.674-50

Contratante

Suely Fernandes Ribeiro de Sousa

SUELY FERNANDES RIBEIRO DE SOUSA

OAB/RN 17.267

Contratado

Geonara Araújo de Lima

GEONARA ARAUJO DE LIMA

OAB/RN 16.005

Contratado

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.





Dra. Geonara Araújo de Lima
OAB/RN 16.005
Dra. Suely Fernandes Ribeiro de Sousa
OAB/RN 17.267

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA COM PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA

Pela presente e na melhor forma de direito, **EDSON YEGO SILVA SOUZA**, brasileiro, união estável, sorveteiro, portadora do Rg de nº 2.625.107 SSP/RN e CPF de nº: 089.718.674-50, residente e domiciliado na RUA SÃO JOSE, nº 392 bairro LAGOA AZUL LOT JOSE SARNEY – NATAL/RN CEP: 59.129-748, Cel: (84) 99402-3441, para os fins específicos do beneplácito previsto no inciso LXXIV, do artigo 5º da Constituição Federal, c/c a Lei nº 1.060/50, artigo 1º da Lei nº 7.115/83 e nos termos do artigo 98 e seguintes da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), **DECLARA**, sob as penas da lei, não ter condições financeiras de arcar com custas e despesas processuais, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, razão pela qual requer o deferimento da concessão dos benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**. Requeiro, ainda, que o benefício abranja todos os atos do processo.

Natal 17 de ABRIL de 2019



Edson Yego Silva Souza

EDSON YEGO SILVA SOUZA

CPF nº: 089.718.674-50

Espaço Comercial André Barbosa
Rua dos Canindés nº 1235, Bairro Alecrim, CEP 59030-600,
Telefone 084 99192.9564 // 98811.6496.



	PREFEITURA DO NATAL SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA SAMU 192 NATAL	 SAMU 192
---	---	---

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que **EDSON YEGO DA SILVA SOUZA**, foi atendido por este serviço SAMU 192 Natal, no dia 23/03/2018, aproximadamente às 23h03min, na Avenida José Luiz da Silva, Nossa Senhora da Apresentação, nesta Cidade. **Sob nº de ocorrência 196706/1**, onde foram feitos os procedimentos de praxe pela equipe de plantão.

Natal, 31 de julho de 2018.

Everton da Silva Rocha
 Coordenador Administrativo SAMU 192 Natal
 Matrícula nº 61.096-08



Rua Potiguares, 300 - Dix Sept Rosado - Natal/RN – CEP: 59054-280
 Tel.: (84) 3232-9222 (84) 3232-9211 - e-mail: admsamunatal@yahoo.com.br



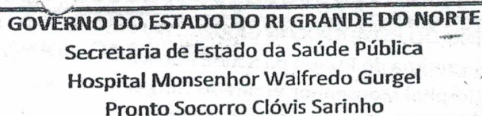
Nome: Edson Yago Silva Souza

Leito: 323 Idade: Nº Registro: 666814

DATA	EVOLUÇÃO MULTIDISCIPLINAR
26/06 2018	<p>X Cirurgia Plástica</p> <p>11º DPO inerte de pele em calcâneo E + Retalho</p> <p>Paciente estável, sem queixas. FE, sono e apetite preservados.</p> <p>CD: manter observação pela plástica até 02/07</p> <p>Suspensão Tasmal e Plasil.</p> <p>Dra. Rinaldo Reis</p> <p>Dra. Silvana Bezerra Cirurgia Plástica CRM - 8035</p> <p>Dra. Mariana C. Góis Médica CRM/RN 9146</p>
27/06 2018	<p>X Cirurgia Plástica</p> <p>12º DPO inerte de pele em calcâneo E + Retalho</p> <p>Paciente estável, sem queixas. FE, sono e apetite preservados.</p> <p>CD: manter observação pela plástica até 02/07</p> <p>Dra. Rinaldo Reis</p> <p>CONFERE COM ORIGINAL NATAL/RN, 27/06/2018 PROTOCOLADO: LIV. 117</p> <p>WASHINGTON LUIS C. GOMES ASSIST. TÊC. EM SAÚDE MAT: 161.320-0</p> <p>Dra. Mariana C. Góis Médica CRM/RN 9146</p>
28/06 2018	<p>X Cirurgia Plástica</p> <p>13º DPO inerte de pele em calcâneo E + retalho</p> <p>Paciente estável, sem queixas. FE, sono e apetite preservados.</p> <p>Curativos: Presença de tecido de granulação, sem pontos de necrose.</p> <p>CD: manter observação pela plástica até 02/07</p> <p>Dra. Rinaldo Reis</p> <p>Dra. Mariana C. Góis Médica CRM/RN 9146</p>

Missão: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de causas externas, em especial o trauma, de acordo com as melhores práticas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde à luz dos valores éticos e humanitários.





EVOLUÇÃO MULTIDISCIPLINAR

Nome

Leito:

Idade:

Nº Registro:

DATA

EVOLUÇÃO MULTIDISCIPLINAR

29/06
2018

~~X~~ Cirurgia Plástica

14º DPO inserir de pele em calcâneo E + retalho

Paciente evolui estável, sem queixas. Sono, apetite e FE preservados.

CD: Manter observações pela Plântula até dia 03/07.

Vdo. Rinaldo Reis

30166
2088

amiga Plástica

15° DPO Encontro de Pule calcâneo E + Ritacho.

Paciente Estável. Sem queixas.

ex: 1) alta da energia Plástica

2) Ensamblado para ortopedia.

Dr. Marcos Avello Pires de A. X. da Costa
Cirurgia Plástica
Estética e Restauradora
CRM/RN-2389

Dra. Mariana O. Góis
9146
+ R\$ marcado

CONFERE COM ORIGINAL

NATALRN,

PROTOCOLLO: LIV

WASHINGTON LUIS C. GOMES
ASSIST. TEG. EM SAÚDE
MAT.: 161.320-0

Missão: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de causas externas, em especial o trauma, de acordo com as melhores práticas clínicas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde à luz dos valores éticos e humanitários.





Nome: Edmon Vago Silva Souza

Leito: 323

Idade: 28 An.

Data de Nascimento:

Nº Registro:

CONFERE COM ORIGINAL
MAT. JRN. 28/06/18
PROT. COLO. LIV. 18/18

WASHINGTON LUIS C. GOMES
ASSIST. TEC. EM SAÚDE
MAT. 161.320-0

Dra. Mariana C. Góis
Médica
CRM/RN 9146

Dra. Mariana C. Góis
Médica
CRM/RN 9146

Dra. Mariana C. Góis
Médica
CRM/RN 9146

Dra. Mariana C. Góis
Médica
CRM/RN 9146

DATA	EVOLUÇÃO MULTIDISCIPLINAR
18/06/18	# Cirurgia Plástica # 3º DPD Enxerto de pele em calcâneo o E + metatarso. * Paciente evolui estável, sem queixas. Sono, apetite e FE preservados. Condutor: Abriu curativo dia 21/06. Ddr. Camila +
19/06/18	# Cirurgia Plástica # 4º DPD Enxerto de pele em calcâneo o E + metatarso. * Paciente evolui estável, sem queixas. Sono, apetite e FE preservados. Condutor: Abriu curativo dia 21/06. Ddr. Camila +
20/06/18	# Cirurgia Plástica # * 5º DPD Enxerto de pele em calcâneo o E + metatarso. * Paciente evolui estável, sem queixas. Sono, apetite e FE preservados. * Condutor: Abriu curativo dia 21/06. Ddr. Camila +
21/06/18	# Cirurgia Plástica # * 6º DPD Enxerto de pele em calcâneo o E + metatarso. * Paciente evolui estável, sem queixas. Sono, apetite e FE preservados. * Condutor: Abriu curativo hoje. Ddr. Camila +
	Em Tempo: Abito curativo hoje. Enxerto com 100% de engraftamento e área de retalho apresentando Sopro com ar de Epidermólise. CO: 1) Curativo com olo de grande e superficial de

Nome: _____
 Leito: _____

Idade: _____ Data de Nascimento: _____ Nº Registro: _____

DATA	EVOLUÇÃO MULTIDISCIPLINAR
22/06/18	<p># Cirurgia Plástica</p> <p>7º DPO Exxerto de pele em calcâneo E + retalho</p> <p>* Paciente evolui estável, sem queixas. Sono, apetite e FE preservados.</p> <p>* Conclusão: Em observação pela ^{clín.} Plástica até 28</p> <p>Dra. Mariana +</p> <p>Dr. Marcos Pires de A. X. da Costa Cirurgia Plástica Estética / Restauradora CRM/RN-2389</p> <p>Dr. Marcos Pires de A. X. da Costa Cirurgia Plástica Estética / Restauradora CRM/RN-2389</p> <p>Dr. Mariana C. Góis Médica CRM/RN-9146</p>
23/06/2018	<p># cirurgia Plástica</p> <p>8º DPO Exxerto de pele calcâneo E + Retalho</p> <p>Paciente Estável. Sem queixas. FE+</p> <p>Teido Revitalizado no Retalho</p> <p>CD: 1) Progeria Rehidramento anêmico</p> <p>Dr. Marcos Pires de A. X. da Costa Cirurgia Plástica Estética / Restauradora CRM/RN-2389</p> <p>Dr. Mariana C. Góis Médica CRM/RN-9146</p> <p>CONFERE COM ORIGINAL PROTOCOLO: LV WASHINGTON LUIS G. GOMES ASSIST. TEC. EM SAÚDE MAT. 01.320-0</p>
24/06/2018	<p># cirurgia Plástica</p> <p>9º DPO Exxerto de pele calcâneo E + Retalho</p> <p>Paciente Estável. FE+ afébril</p> <p>Teido Revitalizado do Retalho</p> <p>CD: 1) rehidramento no leito amanta</p> <p>Dr. Mariana C. Góis Médica CRM/RN-9146</p> <p>+ Dr. Fructos.</p>
29/06/18	<p># Cirurgia Plástica</p> <p>10º DPO exxerto de pele calcâneo E + Retalho</p> <p>Paciente estável. FE+, sem queixas, afébril.</p> <p>Realizado debridamento no leito, retirado ponto de necrose.</p> <p>CD: manter observação até 02/07</p> <p>Dr. Amílcar Reis</p> <p>Dr. Mariana C. Góis Médica CRM/RN-9146</p>

Atenção: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de causas externas, em especial o trauma, de acordo com as melhores práticas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde à luz dos valores éticos e humanitários

Assinado eletronicamente por: GEONARA ARAUJO DE LIMA - 15/01/2020 17:14:49

https://pje1g.tjm.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20011517144756300000050544595

Número do documento: 20011517144756300000050544595

Num. 52399919 - Pág. 4

30/07/2018

10.0.0.100/SSONatal/_Sistema/regulacaoAmbulancia.aspx?cod=196706&Digito=1&ReadOnly=1

10/05/2018

FICHA DE REGULAÇÃO - CENA

Nº: 196706/1

Data: 23/03/2018

CHAMADO

TARM: ANA KARENINA FREIRE DE MEDEIROS

Médico Regulação: EDMILSON ALBUQUERQUE

Rádio Operador: EWERTON ALEXANDRE VIEIRA SANTOS

Médico Cena: MARCOS ANTÔNIO PEREIRA DANTAS JÚNIOR

Equipe Enfermagem Cena: COMUNICADOR

Usuário Pós-Cena:

VTR: USB 15 (BASE DESCENTRALIZADA NEÓPOLIS)

Equipe VTR: HERALDO DA CONCEIÇÃO PINHEIRO - CONDUTOR DE VEÍCULO DE EMERGÊNCIA
SALOMÃO WAGNER MORAIS - TECNICO DE ENFERMAGEM☒ REGULAÇÃO MÉDICA☐ TROTE☐ INFORMAÇÃO☐ ENGANO☐ TRANSF./INTERNAÇÃO

Cidade: NATAL

Nome do Solicitante: WEVWERTON

Telefone: (84) 98888-8500

Nome do Paciente:

EDSON DIEGO SILVA SOUZA

Idade: *

24 ANO(S)

Sexo: *

MASCULINO

☐ Endereço não informado☐ Coordenadas Informadas

Latitude: Longitude:

Endereço: AV. JOSÉ LUIZ DA SILVA

Nº: VP

Bairro: NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO

Outro Bairro:

Referência/Complemento: CIDADE PRAIA// PX. 24 HORAS CONVENIÊNCIA/// PX. ACADEMIA VIT SAÚDE// ACESSO AV. JOSÉ LUIS DA SILVA

Unidade de Destino Transferência: HOSPITAL WALFREDO GURGEL

Queixa Primária: COLISÃO CARRO X MOTO

Quem Solicitou: Transeunte

Distância do paciente: Com o Paciente

Local: Via Pública

Histórico Regulação Médica:

23/03/2018 22:20:40 - Dr(a). EDMILSON ALBUQUERQUE

APH: TRAUMA / HD: ACIDENTE AUTO X MOTO

REGULAÇÃO: COLISÃO CARRO-MOTO, COM FERIMENTOS EM MEMBROS INFERIOR.

AÇÃO COM INTERVENÇÃO: USB

PRIORIDADE: VERMELHO

CÓDIGO DE DESLOCAMENTO: CÓDIGO 3

POSSUI CONVÊNIO MÉDICO: NÃO INFORMADO

Apoio:

HORÁRIOS DO CHAMADO

Chamado:
23/03/2018
22:19:21Saída Local:
23/03/2018
22:59:15Regulação Médica:
23/03/2018
22:20:40Chegada Destino:
23/03/2018
23:44:46Solicitação VTR:
23/03/2018
22:22:30Liberação Destino:
24/03/2018
00:10:31Saída VTR:
23/03/2018
22:22:32Liberação VTR:
24/03/2018
00:10:33Chegada Local:
23/03/2018
22:30:29

Observação do Apoio:

CONVÊNIO MÉDICO PARTICULAR

Paciente possui convênio médico particular?*

☐ Sim ☐ Não ☒ Não informado

CONDUTA

☒ Remoção

Conduta Equipe de Enfermagem:

23/03/2018 22:58:59 - COMUNICADOR

TARM:DIANA/// FEITO CONDUTA COM DR:TARSILO NO POLITRAUMA. CIENTE DA CHEGADA DO PACIENTE.

REMOÇÃO / TRANSFERÊNCIA

☐ Aguardando Vaga

Estabelecimento:

NATAL - HOSPITAL WALFREDO GURGEL

Vaga Negada - Motivo:

-- SELECIONE --

H. ligação ao serv prop.:

00:16

F:

Recebido por:

Número do conselho:

Número da ficha de Remoção:

☐ Vaga Negada☐ Vaga Zero

Motivo da entrada:

Ass:

PERTENCES

Nome receptor:

Cargo receptor:

Descrição dos pertences:

Local deixado pertences:

Data:

Ass:

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE				LAUDO PARA	
Hospital Municipal de São José				SOLICITAÇÃO DE AVALIAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO					
1 - ESTABELECIMENTO SOLICITANTE		2 - CNES			
3 - ESTABELECIMENTO DO EXECUTANTE		4 - CNES			
IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE					
5 - NOME DO PACIENTE		6 - Nº DO PROTOCOLO			
Edson Yago Silva Souza					
7 - CARTÃO NACIONAL / SUS	8 - DATA DE NASCIMENTO	9 - SEXO	MASCULINO	1	FEMININO
	06/07/1989				
10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL		11 - TELEFONE DE CONTATO			
Mona de Fátima Silva Souza					
12 - ENDEREÇO (RUA, Nº)		13 - MUNICÍPIO		14 - BAIRRO	
				15 - UF	
				16 - CEP	
LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO					
17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS					
Última de colisão com moto, com postura de MIE + pulso de sustentação.					
18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO					
Necessidade de tratamento cirúrgico					
19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS)					
Exame clínico + Raio X					
20 - DIAGNÓSTICO INICIAL		21 - CID INICIAL		22 - CID SECUNDÁRIO	
Trauma em MIE		T023			
23 - LAUDOS ASSOCIADOS					
PROCEDIMENTO SOLICITADO					
24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO		25 - LEITO / CLÍNICA		26 - CARATER DA INTERNAÇÃO	
27 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO		28 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE		29 - DT SOLICITAÇÃO	
0308010019				24.03.19	
30 - CNS / CPF		31 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº REG. CONSELHO)			
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)					
32 - () ACIDENTE DE TRANSITO		33 - CNPJ DA SEGURADORA		34 - Nº DO BILHETE	
35 - BÔNUS		36 - () ACID. TRABALHO TÍPICO		37 - CNPJ	
38 - () ACID. TRABALHO TRAJETO		39 - CID PRINCIPAL		40 -	
41 - CID SECUNDÁRIO		42 - CID SECUNDÁRIO		43 - () GRAVE	
				44 - () GRAVÍSSIMA	
AUTORIZAÇÃO					
45 - NOME DO PROF. AUTORIZADO		46 - NOME DO PROFISSIONAL / PARECER CONTROLE AVALIAÇÃO		47 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DA INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIIH)	
48 - DT AUTORIZ.		49 - DT AUTORIZ.			
50 - CNS / CPF		51 - CNS / CPF			
52 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº REG. CONSELHO)		53 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº REG. CONSELHO)			

010.019.1
010.019.1



Assinado eletronicamente por: GEONARA ARAUJO DE LIMA - 15/01/2020 17:14:50

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20011517144991500000050545400>

Número do documento: 20011517144991500000050545400



Sistema
Único de
Saúde

Ministério
da
Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR
Identificação do Estabelecimento de Saúde

1- ESTABELECIMENTO SOLICITANTE		2- CNES	
3- ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL DEOCLECIO MARQUES DE LUCENA		4- CNES 3515168	
Identificação do Paciente			
5- PACIENTE EDSON YEGO SILVA SOUZA		6- NUMERO DO PRONTUÁRIO 161425	
7- CARTAO NACIONAL/SUS 705 6094 0448 5217	8- DATA DE NASCIMENTO 06/07/1989	9- SEXO MASCULINO	10- RAÇA/COR PARDA
11- NOME DA MAE MARIA DE FATIMA SILVA SOUZA		12- TELEFONE DE CONTATO 994411269	
13- NOME DO RESPONSÁVEL EDUARDO JOSE SILVA SOUZA (IRMAO)		14- TELEFONE DE CONTATO	
15- ENDEREÇO (RUA, Nº) RUA SAO JOSE 391 B			
16- MUNICIPIO NATAL	17- BAIRRO LAGOA AZUL	18- UF RN	19- CEP 59129748
Justificativa de Internação			
20- PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLINICOS <i>Transtorno de ansiedade</i>			
21- CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO <i>At. de ansiedade</i>			
22- PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNOSTICAS (RESULTADOS DOS EXAMES REALIZADOS) <i>S.D.</i>			
23- DIAGNÓSTICO INICIAL <i>F + 1</i>	24- CID 10 PRINCIPAL <i>30.0</i>	25- CID 10 SECUND.	26- CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS
Procedimento Solicitado			
27- DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO <i>At. de ansiedade</i>		28- CODIGO DO PROCEDIMENTO	
29- CLINICA	30- CARÁTER DA INTERNAÇÃO	31- DOCUMENTO () CNS () CPF	32- Nº DOCUMENTO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE
33- NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE	34- DATA DA SOLICITAÇÃO	35- ASSINATURA <i>Manoel Correia Neto</i> CRM 152396-1	
Preencher em caso de causas externas (acidentes ou violência)			
36- () AC. TRÂNSITO	39- CNPJ DA SEGURADORA	40- Nº DO BILHETE	41- SERIE
37- () AC. TRABALHO TÍPICO	42- CNPJ DA EMPRESA	43- CNAE DA EMPRESA	44- CBOR
38- () ACI. TRABALHO TRAJETO			
45- VINCULO COM A PREVIDÊNCIA () EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NAO SEGURADO			
Autorização			
46- NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		47- COD. ORGAO EMISSOR	
48- DOCUMENTO () CNS () CPF		49- Nº DOCUMENTO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE	
50- DATA DA AUTORIZAÇÃO		51- ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO) <i>Assinatura</i> 152396-1	
52- Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR <i>152396-1</i>			



Assinado eletronicamente por: GEONARA ARAUJO DE LIMA - 15/01/2020 17:14:50

<https://pje1g.tjrj.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20011517145051300000050545401>

Número do documento: 20011517145051300000050545401

Serviço de Anestesiologista e Gasoterapia

Hospital				Enfermaria	Leito	Nº prontuário	
Nome				Idade		Sexo	Cor
Data	Pressão arterial	Pulso	Respiração	Temperatura	Peso	Outros	
Tipo sanguíneo	Hematias	Hemoglobina	Hematocrito	Glicemia	Uréia		
	Urina						
Ap. respiratório				Asma		Bronquite	
Ap. circulatório				Eletrocardiograma			
Ap. digestivo			Dentes	Pescoço	Ap. urinário		
Estado mental			Ataracicos	Corticoides	Alergia	Hipotensores	
Diagnóstico pré-operatório				Estado físico		Risco	
Anestesias anteriores							
Medicação pré-anestésica				Aplicada às	Efeito		
Agentes Anestésicos	Q						
Líquidos							
Oper.	Anest.	O Resp.:	P Pulso				
SIMBOLOS		<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;"> CONFERE COM ORIGINAL DATA: <u>15/01/2020</u> Assinatura: <u>Geonara Araujo de Lima</u> 0152396-1 </div>					
E							
ANOTAÇÕES							
POSIÇÃO							
Agentes							
Técnica							
Operação							
Cirurgilões							
Anestesistas							
Observações							
Anotar no verso as complicações pré-operatórias, operatórias e pós-operatórias							
Perda sanguínea							





Hospital

Nome do paciente

EDSON YEGO S. SOUZA

Nº prontuário

Data operação

12/07/18

Enf.

CARLOS MAGNO

Leito

Operador

1º auxiliar

PEDRO MAGNO

2º auxiliar

3º auxiliar

Instrumentador

Anestesista

LOCAL

Tipo de anestesia

Diagnóstico pré-operatório

FRACTURA DE TIBIA DISTAL ESQUERDA

Tipo de operação

REFISSA DE FIXADOR CRISTINO

Diagnóstico pós-operatório

Relatório imediato do patologista

Exame radiológico no ato

Acidente durante a operação

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de acesso - tática e técnica - ligaduras - drenagem - sutura - material empregado - aspecto - víceras

Paciente sob anestesia, assentado em cadeira, desconectados guias, retirada do AASTES, retirado PIVOS DE SCHOTT'S CRISTINO

Dr. Carlos Magno P. do Carmo
Ortopedista - Traumatologia
Perito em Traumatologia
CRM 2106 - TEOT 5981
CPF: 188.304.804-44

CIRURGIAS MÚLTIPLAS

(0415010012)

POLITRAUMATIZADO

(0415030013)

PROC. CLÍNICO

PROC. CIRÚRGICO

0408060360

CBO 225225

(X) CBO 225270

(2) DIAS

(CID 784.1

CONFERE COM ORIGINAL

DATA:

Assinatura

158396-1



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Secretaria de Estado da Saúde Pública
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Sarinho

**BOLETIM
OPERATÓRIO****IDENTIFICAÇÃO**Nome: Edson Vago Filho Reg. N°Diagnóstico pré-operatório: Trombose na MLEIndicação terapêutica: Bypass no artério IL e VM Urgência (☒) Eletiva ()**INTERVENÇÃO**

Data: Início: Término: Duração:

Operador: Marcio Vitor CRM/CRO:

1º Auxiliar: CRM/CRO:

2º Auxiliar: CRM/CRO:

Instrumentador:

Anestesista: CRM/CRO: 24/03/18**RELATÓRIO DA INTERVENÇÃO**

- ① Perforar a dentada dorsal sobre o esterno
- ② Anestesia de subcutâneo + colocação de camisas
- ③ Realizar exploração de artéria ilíaca posterior
- ④ e clivagem lateral no terço distal do fêmur
- ⑤ Realizar ponte IL VM ⑥ imediata
- ⑦ Ultrassom para avaliar o resultado
- ⑧ Realizar hemostase
- ⑨ Curativo

406020439 (3) I77
R\$ 1.142,89

Marcio Vitor
Médico Vitor de Freitas
Vascular e Endovascular
CRM 4569

CONFERE COM ORIGINAL
NATALIA
PROTÓCOLO LIV.
WASHINGTON LUIS G. GOMES
ASSISTENTE EM SAÚDE
MAY 01 2018

Coleta de material anatomo-patológico: () NÃO () SIM QUAL?

Coleta de material para microbiologia: () NÃO () SIM QUAL?

Missão: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agudas e crônicas, com o objetivo de acordo com as melhores práticas clínicas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde à luz dos valores



Assinado eletronicamente por: GEONARA ARAUJO DE LIMA - 15/01/2020 17:14:52

<https://pje1g.tjrj.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2001151714520400000050545407>

Número do documento: 2001151714520400000050545407

IDENTIFICAÇÃO

Nome: EDSON YGGO S. SOUZA Reg. Nº
 Diagnóstico pré-operatório: Pré-Exat. Pneu + cultura Co
 Indicação terapêutica: Fixação Urgência () Eletiva ()

INTERVENÇÃO

Data: 04/08/2020 Início: 14h30 Término: 16h30 Duração: 02h00
 Operador: Dr. Gustavo M. Soares CRM/CRO: 0000000000
 1º Auxiliar: Dr. Gustavo M. Soares CRM/CRO: 0000000000
 2º Auxiliar: Dr. Gustavo M. Soares CRM/CRO: 0000000000
 Instrumentador: Dr. Gustavo M. Soares
 Anestesista: Dr. Gustavo M. Soares CRM/CRO: 0000000000

RELATÓRIO DA INTERVENÇÃO

- 1) Pneu 503 Agostini
- 2) Alentejo e Alentejo
- 3) Cálculos + lavagem
- 4) Fixador externo Tm. Anter
- 5) Ntmo + lavagem

OBS → Pneu cl. Lado Vascular
 Sendo abandonado no ato
 uso de Alentejo

0408050500 (4) 5822
 + 0702030406 R\$ 648,00 R\$ 846,36
 0702030805 R\$ 28,00

CONFERE COM ORIGINAL
 NATALIN, 28/08/20
 PROTOCOLO: UV

Coleta de material anatomo-patológico: () NÃO () SIM QUAL?

Coleta de material para microbiologia: () NÃO () SIM QUAL?

WASHINGTON LUIS C. GOMES
 ASSIST. TEG. EM SAÚDE
 MAT: 101.320-0

Missão: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de causas externas, em especial o tra de acordo com as melhores práticas clínicas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde à luz dos valores éticos e humanitários.



 GOV. DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE Secretaria de Estado da Saúde Pública Hospital Monsenhor Waldemir Gurgel Pronto Socorro Clóvis Sarinho	BOLETIM OPERATÓRIO
---	---------------------------

IDENTIFICAÇÃO

Nome: EDSON YAGO SILVA SOUZA

Reg. Nº

Diagnóstico pré-operatório:

Indicação terapêutica: DEBRIDAMENTO + ROTACAO + EXCORTO Urgência () Eletiva (X)

INTERVENÇÃO

Data: 15/06/18 Início: 8:45 Término: 11:55 Duração:

Operador: Mário Serrano CRM/CRO: 5658

1º Auxiliar: R. MARIANA CRM/CRO:

2º Auxiliar: CRM/CRO:

Instrumentador: AMANDA

Anestesista: ELIANA CRM/CRO:

RELATÓRIO DA INTERVENÇÃO

PACIENTE EM POSIÇÃO ANATÔMICA (DECUBITO LATERAL) SOB RADIODIAGNÓSTICO, ANESTESIA E APOIO DE OMBROS;
 INFILTRAÇÃO COM SOLUÇÃO DE ADRENALINA 1:160.000 + LIDOCAÍNA + BUPIVAICAÍNA;
 RETIRADA DE LÂMINA DE PELE PARVOIR COM DEBRIDAMENTO CIRCULAR;
 CURATIVO COM RAYON + ADICONT + GASES + COMPRESSA + ATADOURAS;
 DEBRIDAMENTO DE TENDÃO DESVITADO, INCLUSIVE TENDÃO ESFERTO E EMPENHAMENTO OSSO ESFERTO (MANGUEIRA LATERAL);
 ROTACAO DE RETALHO DE VENTILACAO PARA CLOSTURA OSTEICA;
 APOIO DE EXCORTO DE PARE E FIMACAO COM VINYL 4-0 e 5-0;
 CURATIVO COM RAYON + ADICONT + GASES + ATADOURAS;
 CURATIVO SOBRE FASCIOPLASTIA E PLACAS HIEROCASIOIS.

Mário Serrano
 CRM/CRO 5658
 RDE 2874

0415040035(3) L97 R\$ 543,08
 + 0401020029(2) L97 R\$ 365,77

Coleta de material anatomo-patológico: (X) NÃO () SIM QUAL?

Coleta de material para microbiologia: (X) NÃO () SIM QUAL?

CONFERE COM ORIGINAL
 NATALIA 28/08/18
 PROTOCOLO: 28/08/18
 WASHINGTON LUIS C. GOMES
 ASSIST. TEC. EM SAÚDE
 MAT. 161.320-0

*Resolução: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de causas externas, em especial o trauma de acordo com as melhores práticas clínicas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde à luz dos valores éticos e humanitários.



Assinado eletronicamente por: GEONARA ARAUJO DE LIMA - 15/01/2020 17:14:52

https://pje1g.trn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20011517145204000000050545407

Número do documento: 20011517145204000000050545407



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Estado da Saúde Pública
Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel
Pronto Socorro Clóvis Sarinho

BOLETIM
OPERATÓRIO

IDENTIFICAÇÃO

Nome: Edson Vitor S. Goul Reg. Nº
Diagnóstico pré-operatório: Neoplasia de células
Indicação terapêutica: Desbrincado Urgência () Eletiva ()

INTERVENÇÃO

Data: 18/4/18 Início: Término: Duração:
Operador: Dr. Gustavo M. Soares CRM/CRO:
Oncologia e Radioterapia
1º Auxiliar: CRM/CRO:
2º Auxiliar: CRM/CRO:
Instrumentador:
Anestesista: CRM/CRO:

RELATÓRIO DA INTERVENÇÃO

Paula dos Anjos
Assistida e Autista
Car. Pol. e L. V. A. C.
Dis. Br. C. C. C. + L. V. A. C.
Pr. M. de T. C. P. D. R. C. M. M. M. M.
S. S. S. + S. S. S.

OBS: AVALIAÇÃO DA D. R. C. M. M. M.

Dr. Gustavo M. Soares
Oncologia e Radioterapia
CRM/CRO:
C. S. S. S.

0415090035(3)/297
R8593,08

CONFERE COM ORIGINAL
NATAL/RN, 28/08/18
PROTÓCOLO LIV. 1
WASHINGTON LUIS G. GOMES
ASSIST. T. C. M. SAÚDE
MAT. 161.320.0

Coleta de material anatomo-patológico: () NÃO () SIM QUAL?

Coleta de material para microbiologia: () NÃO () SIM QUAL?

Missão: Oferecer, no âmbito hospitalar, assistência à saúde para crianças e adultos em situação de emergências clínicas, cirúrgicas, agravos de causas externas, em especial o trauma de acordo com as melhores práticas clínicas e contribuir para o ensino e a pesquisa em saúde à luz dos valores éticos e humanitários.



Assinado eletronicamente por: GEONARA ARAUJO DE LIMA - 15/01/2020 17:14:52

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20011517145204000000050545407>

Número do documento: 20011517145204000000050545407

Num. 52400731 - Pág. 4

ORIENTAÇÃO TEÓRICA

DISCRIMINADOR	PONTUAÇÃO
ESCALA DE COMA DE GLASGOW	13-15
	9-12
	6-8
	3-5
FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA	10-20
	≥20
	6-9
	1-5
PRESSÃO ARTERIAL SISTÓLICA	90
	≥90
	70-89
	50-69

CLASSIFICAÇÃO DO TCE
(ATLS 2005)

03 - 05-grave (necessidade de intervenção imediata);
06 - 3x moderado;
04 - 1 leve.

* Reference: TEASDALE G, JENNET B. Assessment of coma and impaired consciousness: A practical scale. *Lancet* 1974;2:81-82.

7. A escola propõe aplicar-se a doentes renais crônicos e que colaboram com idade superior a 7 anos. Na Escala Qualitativa aplica-se ao cliente que apresenta a intensidade de sua dor de acordo com os seguintes critérios:

SEM DOR	LEVE	Moderada	Intensa	Pior Possível
0	1	2	3	4

ATENDIMENTO ESPECIALIZADO 2:

ANAMNESE

lx Baixa AP

EXAME FÍSICO

lx Turgor e AP / pmt

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA

Coluna Axial

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)****

LABORATÓRIO

24/03/18 Ortopedia
00:30

CONDUTA PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)

ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM

fratura exposta de osso da perna e G. l. e
Solto amarração da
Ao cl.

TRAMADOL 100
DEXAMETASONA 10
EP 100

Assinatura e Carimbo do Responsável

Assinatura e Carimbo do Responsável

DESTINO DO PACIENTE:

Nº do Boletim de Atendimento:

INTERNAMENTO NA CLÍNICA:

DATA: / /

HORA:

SAÍDA:

DATA: / /

HORA:

Decisão Médica ☐

À Revelia ☐

Transferido para:

ÓBITO:

DATA: / /

HORA:

Entregue à família

com Atestado ☐

S.V.O. ☐

Médico (Carimbo)

Destacar nessa linha e entregar ao paciente após a sua liberação

DESTINO DO PACIENTE:

Nº do Boletim de Atendimento:

INTERNAMENTO NA CLÍNICA:

DATA: / /

HORA:

SAÍDA:

DATA: / /

HORA:

Decisão Médica ☐

À Revelia ☐

Transferido para:

ÓBITO:

DATA: / /

HORA:

à família

com Atestado ☐

S.V.O. ☐

I.T.E.P. ☐



Assinado eletronicamente por: GEONARA ARAUJO DE LIMA - 15/01/2020 17:14:52

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20011517145204000000050545407>

Número do documento: 20011517145204000000050545407